

ARTICULAÇÕES ENTRE A VALORIZAÇÃO SELETIVA NO PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO E A INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA: TRAÇANDO APLICAÇÕES

Luciana Messeder Ballardo¹
Elizabete de Castro Mendonça²
Luiz C. Borges³

Resumo: Esta investigação parte da pesquisa de doutorado denominada “Gestão de coleções arqueológicas musealizadas: dos métodos de campo à documentação museológica” vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMUS-UNIRIO) e do pressuposto de que articulações entre a valorização seletiva e os métodos investigação arqueológica podem colaborar no processo de musealização do patrimônio arqueológico. Esta proposição entabula as reflexões sobre como conceitos relacionados à valorização, aderência e ressonância podem contribuir no direcionamento dos processos de musealização, considerando suas justificativas e objetivos ao analisar os aspectos relacionados à remoção de artefatos, à coleta de amostras de solos e outros vestígios. Tudo isso ponderando que o patrimônio arqueológico não está restrito aos artefatos recolhidos no sítio arqueológico, tampouco somente às evidências físicas, mas também ao contexto de inserção desses registros materiais e suas relações com aqueles que os produziram, com o objetivo de discutir um estreitamento entre procedimentos museológicos, como a musealização e as investigações arqueológicas. A abordagem se estabelece nos fundamentos gerais dos métodos de investigação arqueológica direcionados para a análise de alguns conceitos ligados ao processo de musealização, buscando a identificação do patrimônio enquanto valor, vinculando-o aos aspectos ligados à memória, conhecimento e assimilação.

Palavras-Chave: Valorização, Musealização, Patrimônio Arqueológico.

Durante a investigação arqueológica, distintos fatores relacionados ao patrimônio arqueológico são considerados – desde a recuperação de artefatos até a coleta de outros vestígios materiais que dizem respeito aos aspectos químicos, geológicos e contextuais, perpassando por interferências da paisagem e culturais que tornam cada sítio arqueológico único, e que podem impactar na identificação do patrimônio arqueológico pela comunidade. Nessa perspectiva, quais conexões poderiam ser estabelecidas entre a valorização seletiva⁴, como parte inicial do processo de musealização⁵, e a investigação arqueológica?

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins/Universidade Federal da Bahia. E-mail: lmb@ufba.br.

² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: elizabete.mendonca@unirio.br.

³ Museu de Astronomia e Ciências Afins. E-mail: lcborges@mast.br.

⁴ A utilização do termo valorização seletiva enfatiza a ideia de que a seleção valoriza um objeto em relação a outro (CURY, 2005) e é apoiada em âmbito nacional por autores como Menezes, 1994; Chagas, 2003, e internacional, por exemplo, por Desvallés e Mairesse, 2013.

⁵ Processo que abarca as etapas de pesquisa, documentação, conservação e comunicação do patrimônio (CURY, 2005).

A pertinência dessa pesquisa envolve o conhecimento produzido na área de metodologia arqueológica, ponderando sobre as possíveis congruências com o reconhecimento do patrimônio através de sua valorização, tendo como propósito a musealização do patrimônio arqueológico⁶.

A abordagem empregada tem como ponto de partida as premissas que orientam a pesquisa arqueológica, incluindo o salvamento de vestígios arqueológicos⁷ de forma geral, assim como os artefatos, e suas confluências com o processo de musealização do patrimônio, encaminhando-se para reflexões relativas a conceitos como valorização seletiva, aderência e ressonância⁸, inserindo-as no complexo sistema que abrange a investigação arqueológica.

ALICERCES TEÓRICOS

A partir da análise sobre os métodos de investigação arqueológica, o processo de musealização pode ser direcionado para uma parte específica do patrimônio arqueológico, como os artefatos, ou para o conjunto de elementos que o compõem e que, no limite, são representados pelo próprio sítio arqueológico.

Ao refletir sobre as possíveis articulações entre o processo de musealização e a investigação arqueológica, é importante considerar que o sítio arqueológico não é um resíduo incólume de ocupações anteriores, mas o resultado de um conjunto de processos sucessivos que “ocorrem durante a vida do local, depois no ponto de abandono e continua como processos contínuos naturais e culturais”⁹ (DREWETT, 1999, p. 30).

⁶ A Carta de Lausanne define-o como “a parte do nosso patrimônio material para a qual os métodos da Arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e diz respeito aos locais onde foram exercidas quaisquer atividades humanas, às estruturas e aos vestígios abandonados de todos os tipos, à superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como aos materiais que lhes estejam associados” (ICOMOS, 1990). Por outro lado, a Carta de Sofia, que trata do patrimônio subaquático, inclui o “contexto arqueológico e natural” (ICOMOS, 1996), amenizando as inquietações relacionadas às pesquisas sobre arqueologia de paisagem.

⁷ Vestígios arqueológicos são caracterizados pelo próprio artefato arqueológico e, também, “por meio dos efeitos que tem sobre alguns dos elementos que o rodeiam, cobrindo-o ou escondê-lo. Esses elementos incluem umidade, húmus, vegetação e relevo, aos quais pode ser fatores conceituais adicionais, como as anomalias topográficas, às vezes vistas na imagem de um panorama” (CERAUDO, 2013, p. 11).

⁸ Fundamentada no trabalho de Borges e Campos (2012), que tem como proposta relacionar os estudos sobre ressonância baseado em Gonçalves (2007) com as pesquisas sobre aderência baseada em trabalhos como o de Borges (2011), para tratar da relação homem-bem cultural com o intuito de determinar a caracterização do patrimônio por uma comunidade.

⁹ These take place during the life of the site, then at the point of abandonment, and continue as ongoing processes both natural and cultural.

Esses processos se refletem nas relações entre os seres humanos e a natureza, também entre eles e os objetos produzidos e entre si mesmos, e dizem respeito tanto à Arqueologia, como campo de pesquisa que estuda a cultura material com o propósito de compreender “[...] as relações mútuas entre pessoas e objetos, particularmente os usos que as pessoas fazem dos objetos [...]” (LOUREIRO, 2018, p. 173), quanto à Museologia, visto que essas relações, nas palavras da Museóloga Rosana Nascimento, podem ser compreendidas como o “objeto museal”¹⁰ que é

[...] o conceito que estamos denominando no contexto museológico, que significa a produção cultural (material e imaterial) do homem, os sistemas de valores, símbolos e significados, as relações estabelecidas entre os homens, entre o homem e a natureza, que através da modificação da natureza, cria objetos no decurso da sua realização histórica (NASCIMENTO, 1994, p. 39).

A palavra museológico, aqui empregada pela autora, é o termo específico relacionado à musealização, ou seja, “[...] a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem [...]” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 56) e que consiste em um processo inicial de seleção, levando-o a uma instituição museológica, ou não (visto que ele pode ser realizado também *in situ*), e integra uma cadeia operatória que, segundo Bruno (1995), abarca a pesquisa, conservação, documentação e comunicação do patrimônio. Contudo, como fica o sentido do verbo “extrair” nesse conceito, quando se tem musealização *in situ* (por exemplo, um sítio arqueológico ou um eco museu)?

No entanto, mais do que a transferência física ou “seleção *in situ*”, compreende-se aqui como musealização, o processo que “se inicia na valorização seletiva” e “continua no conjunto de ações que visa à transformação do objeto em documento e sua comunicação” (CURY 2005, p. 25). Desse modo, aquilo que é objeto da musealização tem sua realidade modificada, adquirindo, por esse meio, um estatuto museal, qual seja, apresenta-se como fonte de pesquisa e de exposição. O termo museal, neste contexto, não significa que o objeto deva necessariamente fazer parte da coleção de um museu. Mas sim que, devida à musealização, ele se modifica epistemologicamente, uma vez que passa a integrar uma nova realidade cultural.

Ao atribuir o termo valorização seletiva em detrimento da ênfase na extração física e conceitual do objeto, relacionado ao processo de musealização, reconhecendo-o como patrimônio, disso não decorre a perda do “valor de uso” – o qual é intrínseco a

¹⁰ É importante ressaltar que esse conceito já estava presente nos estudos de Waldisa Rússio utilizando o termo “fato museal” (GUARNIERI, 1981).

qualquer objeto e, portanto, inalienável - mas pode resultar em modificações quanto as suas funções (BORGES; CAMPOS, 2012, p. 118)¹¹. Assim, um artefato cerâmico em uma exposição, seja, por exemplo, uma panela, adquire um valor (de uso) expositivo.

No âmbito da pesquisa científica arqueológica, as amostras de solo são vestígios tão importante quanto um artefato, porque nesse caso a valoração seletiva diz respeito ao próprio sítio arqueológico e, nesse caso, a investigação arqueológica se atém ao interesse em compreender e interpretar o contexto como parte do patrimônio arqueológico.

Um artefato arqueológico, desvinculado das informações do seu contexto, tem pouca ou nenhuma relevância para a pesquisa arqueológica, posto que a maior parte do trabalho investigativo arqueológico é posterior à pesquisa de campo, dentro de um laboratório, a partir das análises dos dados coletados e interpretações das informações deles extraídas e a posteriores publicações (DREWETT, 1999).

Na maioria dos sítios arqueológicos, onde a recuperação de material está altamente associada a fragmentos cerâmicos, ou a núcleos ou a instrumentos líticos bifaciais, por exemplo, haveria sentido em preservá-los isolados de seus contextos? Não se pode esquecer que, as relações estabelecidas entre as comunidades e esses objetos atribuíram-lhes valor, ou seja, considerando-o como patrimônio e isso se torna viável apenas se a comunidade, ao longo de sua existência, estabelecesse, através desses objetos, uma “relação com o mundo” inserida em “um determinado sistema cultural”, favorecendo “o estabelecimento de nexos muito particulares, não generalizantes, pelos quais” os significados fossem conferidos (CUNHA, 2010, p. 117 e 118).

Aprofundando as reflexões sobre os significados de determinados objetos para um coletivo, e seu reconhecimento enquanto patrimônio, Borges e Campos (2012, p. 112) evocam princípios teóricos relativos a “ressonância¹² (referente a afeitos de memória entre um bem cultural e um sujeito ou um grupo)” e “aderência (relativa ao grau maior ou menor de relevância para um sujeito pertencente ao contexto de determinado bem)”. Ora se a ressonância implica em memória, também está relacionada ao ato de conhecer e assimilar (NASCIMENTO, 1998).

¹¹ Outros autores também abordam o valor de uso, ainda que utilizando outros termos e em outros contextos, como, por exemplo, Pomian (1984) e Benjamin (1994).

¹² Esse termo é amplamente divulgado pelos estudos de Gonçalves (2007) desenvolvido com base em Greenblatt (1991).

TRAÇANDO APLICAÇÕES

Articulando os aspectos relacionados à ressonância e à aderência, que resultem na valoração seletiva, ou seja, na caracterização do patrimônio por uma comunidade, utiliza-se a seguir a análise de três sítios arqueológicos, localizados no Rio Grande do Sul. O primeiro com predominância visual do patrimônio em período colonial, embora também tenham ocorrido nesse espaço ocupações pré-coloniais, e os dois últimos com sítios caracterizados cientificamente na esfera de investigação arqueológica pré-colonial.

A Estância Santa Clara¹³ e suas ruínas arquitetônicas do século XIX (Figura 1), um sítio arqueológico situado no território fronteiro do Rio Grande do Sul com o Uruguai, podem apresentar ressonância a um grupo específico como uma família, por outro lado, com relação à aderência, para aqueles que são descendentes de famílias tradicionais gaúchas, que possuíram fazendas no interior do Estado, e pra quem esse tipo de vida no campo traz referências ligada à memória, conhecimento e assimilação, essa estrutura de Estância em ruínas tem uma aderência diferente daqueles que são de uma base familiar urbana, com pouco ou nenhum contato com essa realidade.

Figura 1: Ruínas da Estância Santa Clara, Quaraí (RS)



Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM) – 2012

¹³ Informações complementares sobre a Estância Santa Clara – Quaraí (RS) pode ser encontrado em Pes (2013).

Outro exemplo, dentro dos estudos arqueológicos, relaciona-se ao Cerro do Jarau (Figura 2), cuja ressonância e aderência estão direcionadas às comunidades, oriundas da região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, para as quais a lenda da Salamanca do Jarau¹⁴ é elemento constitutivo de seu imaginário.

Figura 2: Cerro do Jarau – Uruguaiana fronteira Oeste do Rio Grande do Sul



Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM) – 2006.

Por fim, a ressonância pode abranger apenas um grupo pouco mais delimitado, como o de pesquisadores da Arqueologia com relação a um sítio pré-histórico (ou pré-colonial), como é o caso do Areal¹⁵ (Figura 3). Nesse caso, também, ao analisar a aderência a um sítio pré-histórico, relacionado a caçadores-coletores com a presença de um monólito, cuja área não é nem mesmo muito frequentada pela comunidade da região, a aderência da população local pode ser pouca ou nenhuma, mas alta no coletivo científico do campo da Arqueologia, principalmente de grupos de arqueólogos oriundos do Uruguai e do sul do Brasil.

¹⁴ Para mais informações sobre a Lenda do Jarau consultar Thomasi (2010).

¹⁵ Mais referências sobre o Sítio Areal podem ser encontradas em Toledo (2010).

Figura 3: No centro da imagem monólito (bloco de arenito com inscrições rupestres) e no canto inferior esquerdo, instrumentos líticos na superfície do terreno. Sítio arqueológico Areal, Quaraí (RS).



Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM) – 2013.

Nesse caso, um princípio orientador que pode auxiliar nas decisões sobre o processo de valorização seletiva baseia-se em que “[...] os sítios arqueológicos são não renováveis e insubstituíveis, que a maior quantidade de informações precisa ser recuperada de cada projeto, e que alguns sítios têm que ser conservados e preservados para uso futuro” (SULLIVAN, 2003, p. 23)¹⁶. Essas premissas afetam aqueles que tomam essas decisões, tanto quanto, as futuras gerações e consistem nas principais justificativas relacionadas à necessidade de musealizar o sítio arqueológico como parte desse patrimônio.

Essa permanência de sítios arqueológicos possibilita não apenas o reconhecimento desses espaços como patrimônio arqueológico, mas também relacionados a outros prismas (histórico, artístico, cultural). “Daí a importância de se verificar o quanto um objeto ou traço cultural é significativo para uma dada

¹⁶ “[...] archaeological sites are nonrenewable and irreplaceable, that the maximum amount of information must be retrieved from each project, and that some sites must be conserved and preserved for future use”.

comunidade, e isso implica saber o quanto e o quê esse objeto evoca, somado ao quanto e o quê ele representa para essa comunidade” (BORGES; CAMPOS, 2012, p. 119).

Retomando as reflexões sobre o patrimônio nas quais este é relacionando aos conceitos de ressonância e aderência podem contribuir, dentre outros fatores, para as possíveis respostas a alguns questionamentos como: o que acontecerá com o sítio arqueológico ao término dos trabalhos de campo? Se tornará um patrimônio musealizado *in situ*? Ou será recoberto novamente, com a possibilidade de voltar a ser analisado futuramente?

O enfoque no âmbito científico arqueológico pode ser ressaltado pela aderência e ressonância ao patrimônio arqueológico (não apenas histórico e cultural) por parte da população local, reforçando a determinação em manter a maior parte dos rastros evidenciais¹⁷, no intuito, por exemplo, de priorizar a musealização *in situ*, com posteriores aproveitamentos museológico e turístico da comunidade, que podem contribuir para o desenvolvimento local, desde que, obviamente, isso também seja de interesse da comunidade.

Em outro sentido, a ausência de ressonância ou de aderência pela comunidade local, ou por uma grande parte dela, pode resultar na recolha e traslado dos artefatos para outros espaços, cujo enfoque maior seja o salvamento de vestígios para depósito em instituições de salvaguarda, (como ocorre principalmente com os trabalhos realizados em Arqueologia Preventiva¹⁸).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vinculação entre a valorização seletiva e os processos de investigação arqueológica é apenas uma das perspectivas para análise associativa de trabalhos interdisciplinares entre a Museologia e a Arqueologia. No âmbito do trabalho de campo

¹⁷ Incluindo amostras de solo, ecofatos, dentre outros.

¹⁸ Também conhecida como Arqueologia de Contrato, ou ainda Arqueologia de Salvamento, é definida “como o conjunto de atividades” com o objetivo de impedir ou reduzir os prejuízos “das obras públicas ou privadas no patrimônio arqueológico” (MARTINEZ DÍAZ; QUEROL FERNÁNDEZ, 2013).

Segundo Caldarelli e Cândido (2017, p. 190), “procedimentos preventivos, no que concerne à Arqueologia, foram objeto de cartas e documentos similares de proteção internacional ao patrimônio arqueológico, aprovadas e divulgadas entre e pelas nações signatárias desses documentos, destacando-se as abaixo referidas:

- Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico, Lausanne, ICAHM/ICOMOS/UNESCO, 1990;

- Convenção Europeia para a Proteção do Patrimônio Arqueológico, União Europeia, Valetta, 1992”.

arqueológico, por exemplo, articulações com outras etapas relacionadas à musealização, como a conservação, documentação, comunicação, podem ser temas propensos a discussões e pesquisas futuras.

A utilização do termo valorização seletiva, no processo de musealização evoca a ideia de patrimônio associado a valor, substituindo a expressão “extração física e conceitual”, que remete de forma mais imediata, dentro dos estudos arqueológicos, a recolha de objetos, em detrimento da análise de contextos e suas relações, transcurso similar ao que ocorre com os métodos de escavação arqueológicos que, sendo o aleatório, prioriza a remoção de artefatos, enquanto o estratigráfico concentra-se no sítio arqueológico como um todo.

A inclusão de reflexões sobre os conceitos de aderência e ressonância apontam para questões que podem auxiliar na identificação do patrimônio em uma perspectiva histórica, por exemplo, ou arqueológica, a partir de elementos relacionados a memória, ao conhecimento e à assimilação, seja em uma comunidade dentro de um espaço geográfico maior, um pequeno grupo social, como uma família, ou um coletivo específico dentro do âmbito científico, assim como associá-los a procedimentos de escavação que respondam melhor a cada tipo de demanda.

As proposições elaboradas trazem à atenção a possibilidade de efetiva articulação entre os procedimentos das práxis arqueológica e de conceitos ligados à valorização seletiva do patrimônio, que podem ser conjugados com vistas a um bem comum: a musealização do patrimônio arqueológico. Isso porque, como visto, esse patrimônio possui características relacionadas à irreversibilidade e à salvaguarda para utilização futura, e portanto, sua musealização pode garantir sua preservação não apenas para propósitos atuais, que incluam a utilização museológica e turística com a função de possibilitar o desenvolvimento local, mas para o uso das gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, vol. 1). Disponível em <https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin_Walter_Obras_escolhidas_1.pdf>. Acesso em 20 mar. 2019.

BORGES, Luiz C. Museu como espaço de interpretação e de disciplinarização de sentidos. **Museologia e Patrimônio**, v. 4, n. 1, 2011, p. 37-62. Disponível em <<http://revis-tamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>>. Acesso em 20 mar. 2019.

BORGES, Luiz C.; CAMPOS, Marcio D'Olive. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. IN: SCHEINER, Tereza; GRANATO, Marcus; REIS, Maria Amélia de Souza; AMBROCY, Gladys Barrios (Orgs.). **Icomfom Lam 2012: termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral**. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 112-123. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/736266-Livro-ICOFOM-LAM-2012/>. Acesso em 10 dez. 2018.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema**. São Paulo: FFLCH - USP, 1995.

CALDARELLI, Solange Bezerra; CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Desafios da Arqueologia Preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos?** Revista Arqueologia Pública, v. 11, n. 2 (19), p. 186-214, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322966987_Desafios_da_Arqueologia_Preventiva_como_gerir_e_socializar_o_imenso_volume_de_materiais_e_documentos_por_ela_produzidos. Acesso em: 10 dez. 2018.

CERAUDO, Giuseppe. **Aerial Photography in Archaeology**. In: Good Practice in Archaeological Diagnostics. Springer, Cham, p. 11-30, 2013. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-01784-6_2. Acesso em: 10 dez. 2018.

CHAGAS, M. de S. 2003. 307 p. **A imaginação museal**. Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CUNHA, Marcelo. A Exposição Museológica Como Estratégia Comunicacional: o tratamento museológico da herança patrimonial. **Revista Magistro**, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/viewFile/1062/624>. Acesso em 10 dez. 2018.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: Concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005. 162p.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (dir.). **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DREWETT, Peter. **Field archaeology: an introduction**. Londres: UCL Press, 1999.

ICOMOS, 1990, ICOMOS. **Carta de Lausanne, Carta para a proteção e gestão do patrimônio arqueológico**, 1990. Cadernos de SocioMuseologia, Lisboa, v. 15, n. 15, jun 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosocioMuseologia/article/view/344>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

ICOMOS, 1996, ICOMOS. A Carta Internacional do ICOMOS sobre a proteção e gestão do patrimônio cultural subaquático. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 7, p. 209-213, 1997. Disponível em: <https://scholar.googleusercontent.com/scholar?>

[q=cache:fmE4acBedpcJ:scholar.google.com/+carta+de+sofia+icomos+1996&hl=pt-BR&as_sdt=0,5](https://scholar.google.com/+carta+de+sofia+icomos+1996&hl=pt-BR&as_sdt=0,5)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. A interdisciplinaridade em Museologia (1981). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. Volume 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Iphan-MinC, 2007.

GREENBLATT, Stephen. Ressonance and wonder. In: KARP, Ivan; LAVINE, Steven L. (Eds.). **Exhibiting cultures: the poetics and politics of museums display**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991. p.42-56. Disponível em: <http://halleinstitute.emory.edu/karp/articles/museums_exhibitions/1991_culture_and_representation_exhibiting_cultures.pdf>. Acesso em 20 mar. 2019.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Objetos em museus: acompanhando trajetórias, mapeando conceitos. **Museologia e Patrimônio**, V. 11, p. 171-188, 2018. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/705/656>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MARTÍNEZ DÍAZ, Belén; QUEROL FERNÁNDEZ, María Angeles. **Arqueología preventiva. Gestión del patrimonio arqueológico**. In: La materialidad de la historia: la arqueología en los inicios del siglo XXI. p. 143-175, 2013.

MENEZES, U. T. B. de; Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista, Nova Série, São Paulo, v. 2, p. 9-42, jan./dez. 1994.

NASCIMENTO, R. A. D.. O objeto museal, suas implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do Museu.. 1. ed. Lisboa: Centro de Estudo de Socio Museologia, 1998. v. 11.

PES, Jaqueline Ferreira. **Sítio Arqueológico Ruínas da Estância Santa Clara: Uma unidade doméstica da fronteira oeste/RS**. 2013, 108 f. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi. Memória – História. Vol 1. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. Disponível em: [http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Pomian%20\(1984b\).pdf](http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Pomian%20(1984b).pdf) Acesso em: 20 mar. 2019.

SULLIVAN, Lynne; CHILDS, S. Terry. **Curating archaeological collections: from the field to the repository**. Archaeologist's Toolkit 6. Lanham: Rowman Altamira, p. 150, 2003.

THOMASI, Diele Ilha. **Arqueologia Histórica: Os Metais da Estância Velha do Jarau-Quaraí – RS**. 2010, 131 f. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **A Pesquisa Arqueológica em Quaraí: Uma contribuição à identificação do patrimônio local**. 2013, 106 f. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.